

SINDIPETRO-LP ACOMPANHA APRESENTAÇÃO DA LOGÍSTICA AÉREA DA PETROBRÁS E REFORÇA COBRANÇA POR MELHORIAS NO TRANSPORTE AÉREO

No dia 08 de julho a Diretoria do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista participou de uma visita técnica ao Centro Integrado de Logística e Transporte (CILEP), localizado no Cenpes, no Rio de Janeiro, e ao Centro de Operações Aeroportuárias (COA), no Aeroporto de Jacarepaguá. A atividade reuniu representantes dos sindipetros do Litoral Paulista, Rio de Janeiro, Norte Fluminense e Espírito Santo, entidades que representam trabalhadores e trabalhadoras das unidades offshore da Petrobrás.

Durante a manhã, na sede da LOEP (Logística e Apoio Aéreo da Petrobrás), foi apresentada toda a estrutura responsável pelo planejamento, controle e apoio logístico dos transportes terrestre, marítimo e aéreo da companhia, com destaque para o transporte aéreo offshore de passageiros.

A gerência apresentou as ações que vêm sendo desenvolvidas para promover a melhoria contínua desse modal, considerado estratégico para garantir a produção da Petrobrás com segurança e eficiência.

Os números apresentados demonstram a dimensão e a responsabilidade dessa operação. A Petrobrás responde sozinha por cerca de 30% de todos os voos offshore monitorados pela IOGP (International Association of Oil & Gas Producers). São aproximadamente 3.300 passageiros transportados diariamente, utilizando uma frota de 93 aeronaves, que realizam milhares de pousos e decolagens, com cerca de 30 a 40 voos simultâneos e uma disponibilidade média de 85% da frota, alegou a Petrobrás.

Outro ponto destacado foi a estrutura de gestão da segurança operacional. Segundo a apresentação, o sistema é baseado em diferentes níveis de fiscalização, auditoria e controle, envolvendo as equipes operacionais, a Autoridade Técnica e os processos internos de auditoria, formando um ciclo permanente de acompanhamento e aperfeiçoamento das operações.

A filosofia adotada pela gestão do transporte aéreo foi resumida na equação:

Proteção + Confiança = Segurança, conforme informado pela empresa.

Também foram apresentadas as instalações do Centro Integrado de Programação e Controle dos Transportes, a Sala de Vigilância e



Respostas Rápidas e o Centro de Excelência do helicóptero S-92, localizado em Cabo Frio, modelo de grande porte utilizado no transporte offshore.

Os representantes da Petrobrás informaram que esse centro tem como objetivo agilizar a aquisição de peças de reposição e os processos de manutenção das aeronaves, contribuindo para ampliar sua disponibilidade operacional e elevar ainda mais os níveis de segurança.

Durante a apresentação, os representantes da Petrobrás informaram que, em conjunto com órgãos como DECEA, NAV Brasil, CENIPA e ANAC, estão desenvolvendo projetos para ampliar a segurança e a disponibilidade dos voos offshore.

Entre eles está a implantação de aerovias regulares e exclusivas para atendimento das unidades marítimas. Para isso, estão sendo instaladas estações meteorológicas e equipamentos de posicionamento nas plataformas, iniciativa que já foi implementada em Macaé e que deverá ser expandida para a operação de Jacarepaguá, porém não apresentaram datas para implantação.

Com essas melhorias, segundo a Petrobrás, o aeroporto poderá ampliar a realização de voos por instrumentos, reduzindo significativamente cancelamentos, atrasos e transferências provocados pelas condições climáticas, além de aumentar a segurança nas fases mais críticas das operações, como pousos e decolagens.

Outro projeto apresentado foi o HELIVAR, sistema que permitirá o monitoramento em tempo real dos helidecks das plataformas,

possibilitando acompanhar continuamente as condições de pouso e decolagem das aeronaves e fortalecendo o controle operacional dessas atividades críticas.

Sindipetro-LP cobra melhorias para os trabalhadores

Durante a reunião, os dirigentes dos sindipetros presentes fizeram diversos questionamentos sobre situações enfrentadas diariamente pelos trabalhadores e trabalhadoras que utilizam o transporte aéreo offshore. Todos relataram problemas que vêm causando insatisfação e, em muitos casos, prejuízos aos usuários do serviço, reforçando a necessidade de maior eficiência, transparência nas informações e aperfeiçoamento dos processos.

A gerência da LOEP reconheceu a importância do diálogo permanente com representantes sindicais e afirmou que manterá os canais abertos para receber críticas, sugestões e apontamentos que possam contribuir para a melhoria contínua do serviço prestado.

Visita ao Aeroporto de Jacarepaguá

No período da tarde, a comitiva visitou as instalações da operadora do Aeroporto de Jacarepaguá. Foram apresentados os projetos de ampliação do saguão, das salas de pré-embarque e embarque, que passarão a contar com uma segregação maior dos voos destinados às unidades operadas pela Petrobrás.

Também estão previstas melhorias na infraestrutura de atendimento aos usuários, incluindo a ampliação da área gourmet e a instalação de uma farmácia no aeroporto.

No Centro de Operações Aeroportuárias (COA), foram apresentados os sistemas responsáveis pelo monitoramento da pista, hangares e áreas operacionais.

Outra novidade apresentada pela empresa será a implantação de um posto permanente de trabalho da Petrobrás dentro do COA, permitindo a integração em tempo real entre a companhia, as quatro operadoras aéreas que atuam no aeroporto e a administração aeroportuária.

A operadora também informou que está implantando um acesso exclusivo para o Corpo de Bombeiros, reduzindo o tempo de resposta em situações de emergência, além da instalação de novos equipamentos que aumentarão a segurança das operações de pouso, decolagem e resposta a eventuais ocorrências.

Ao longo da visita, os dirigentes dos sindipetros reforçaram que a eficiência operacional deve caminhar lado a lado com a transparência das informações e com o respeito aos trabalhadores, que dependem diariamente desse serviço para exercer suas atividades com segurança.

O Sindipetro-LP reforçou que continuará acompanhando de perto a implementação das melhorias apresentadas pela gestão da Petrobrás, mantendo uma atuação vigilante na defesa dos direitos, da segurança e das condições de trabalho dos petroleiros e petroleiras que utilizam o transporte aéreo offshore. Além disso, seguirá cobrando transparência, eficiência na prestação do serviço e soluções efetivas para as demandas apontadas pela categoria.

A apresentação da logística aérea da Petrobrás faz parte do compromisso de transparência que a atual gestão mantém com os sindicatos petroleiros. Os dirigentes sindicais precisam estar constantemente atualizados sobre a estrutura e o fluxo de trabalhadores e trabalhadoras offshore para compreender melhor essa dinâmica e, assim, fortalecer a defesa dos direitos, da saúde e da segurança de todos os companheiros e companheiras que colocam suas vidas à disposição da Petrobrás, empresa que move o país.

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QR CODE E **BAIXE O APP DO SINDIPETRO-LP**



SINDIPETRO-LP E DIRIGENTES DA FNP PARTICIPAM DE REUNIÃO PRESENCIAL COM A DIRETORIA DE E&P DA PETROBRÁS

No dia 8 de julho, dirigentes do Sindipetro-LP e da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) participaram de uma reunião com a Diretoria de Exploração e Produção (E&P) da Petrobrás para discutir as mudanças nos regimes de trabalho offshore e cobrar respostas para os pleitos apresentados pelas entidades sindicais.

Durante a reunião, a Petrobrás apresentou o processo de avaliação das mudanças de regime de trabalho no E&P offshore. A empresa informou que a análise teve início em dezembro de 2025, com o encaminhamento dos casos aos RHs locais, recebimento dos pleitos dos sindicatos petroleiros, avaliações individuais e devolutiva final, acompanhada da implantação das novas regras e de equipes de novas plataformas.

Segundo a Petrobrás, foram recebidas sete listagens encaminhadas pelas entidades sindicais, totalizando mais de 100 casos analisados de desimplantes, em um trabalho que envolveu as áreas de E&P, RHs locais, Saúde e alinhamentos em diferentes instâncias da companhia.

Em relação aos pleitos apresentados pelos sindicatos, a empresa informou que deliberou sobre 115 solicitações. Desse total, oito trabalhadores permanecerão em regime administrativo com embarque eventual em razão de restrições de saúde, 54 casos foram enquadrados por padronização das práticas de gestão e outros 53, engajados no regime offshore, tiveram como justificativas necessidades operacionais e movimentações internas. Os gestores alegaram que todas as mudanças que vem sendo feitas não decorrem da necessidade de redução de gastos, mas sim de uma auditoria ocorrida que apontou a necessidade de melhoria de gestão. As entidades sabem que essas melhorias implicam em redução de gastos.

A Petrobrás também apresentou novas regras para os deslocamentos. No PMB, a proposta estabelece permanência máxima de seis meses a cada ciclo de 24 meses. Além disso, os períodos de PMB e de paradas pro-

gramadas deixarão de ser considerados no cálculo da média de embarques. A medida busca eliminar do HA longos períodos de predominância do trabalho embarcado, diferenciar a atuação dos profissionais em regime administrativo e aperfeiçoar o cálculo da média de embarques.

Para as paradas programadas, a proposta reduz o prazo máximo de deslocamento dos atuais 18 meses para até oito meses a cada ciclo de 48 meses. Nos demais casos, o período máximo passará dos atuais seis meses para até 55 dias por ano.

O RH também informou que não serão considerados no cálculo da média de embarques os períodos de restrição médica por até 180 dias, treinamentos para mudança de ênfase por até 365 dias, além da gestação e lactação, desde a gravidez até um ano após o parto. Também ficarão fora da contagem os períodos em que o trabalhador não conseguir embarcar por motivos alheios à sua vontade.

Durante o debate, os representantes dos sindicatos questionaram diversos pontos da nova sistemática pretendida pela empresa. Entre eles, a situação dos trabalhadores que deixam unidades em terra, como refinarias, para atuar em plataformas, especialmente durante o período de treinamento. Nesse caso, durante os cinco embarques necessários, qual seria o regime desse trabalhador: operacional ou administrativo? Diante dessa omissão na apresentação, os sindipetros exigiram que os trabalhadores permanecessem no regime anterior ao estágio, com a possibilidade de, após sua conclusão, serem implementados os regimes das plataformas de forma retroativa aos cinco embarques realizados durante o estágio. Sobre a ampliação do período de estágio dos novos empregados embarcados, a empresa, o ciclo de avaliação passarão de três para cinco embarques, independentemente da plataforma de atuação. A Petrobrás informou ainda que pretende estabelecer protocolos mais claros para embarque e desembarque e que haverá

um canal permanente de comunicação com as entidades sindicais para acompanhamento dessas situações.

O RH informou que o tempo destinado ao treinamento para mudança de ênfase não será contabilizado na média de embarques. Também foi exposto que situações em que o trabalhador não consegue embarcar por motivos alheios à sua vontade não deverão compor essa média.

Para os já embarcados, as entidades sindicais entendem que os treinamentos em terra também não podem contar como média de embarques.

Também foram apresentados os critérios para caracterização do embarque eventual. De acordo com a empresa, serão considerados eventual os trabalhadores sem vaga fixa, com atuação sob demanda, sem exclusividade em uma única unidade e com média inferior a dez embarques, independentemente da quantidade de plataformas atendidas.

A Petrobrás informou ainda que a implantação das novas regras ocorrerá de forma gradual, começando com o alinhamento junto às lideranças e equipes de RH, depois com a adequação dos procedimentos internos, posteriormente a divulgação aos trabalhadores e o acompanhamento pelo Sindicato.

Ao final da reunião, os dirigentes do Sindipetro-LP cobraram da gestão da Petrobrás o cumprimento dos compromissos assumidos durante a greve de 2025, destacando que, passados mais de seis meses do ano, ainda não houve avanços concretos em pautas prioritárias da categoria. Entre as cobranças, há a necessidade de dar andamento às negociações do Plano de Cargos e Salários, cuja construção segue sendo aguardada pelos trabalhadores e trabalhadoras. O Sindicato também chamou atenção para as mobilizações que vêm ocorrendo em todo o país em defesa dessa pauta e para a urgência de avanços nas discussões sobre a Petros. Também foi discutida a implementação do auxílio para ressarcimento para passagens aéreas. A Petrobrás informou que a medida ainda

está em fase de implantação, mas garantiu que os pagamentos terão efeito retroativo. Os representantes do Sindipetro-LP argumentaram que os gestores têm que fazer o reembolso, mas sem imposições de regras que impeçam ou dificultem o repasse dos valores.

Os dirigentes lembraram ainda o compromisso assumido pela presidenta da Petrobrás, Magda Chambriard, que declarou recentemente priorizar atender aos interesses dos acionistas, de realizar uma reunião para tratar do requerimento encaminhado ao TCU, buscando viabilizar a mediação de uma negociação que já se arrasta há cerca de três anos. Também foram cobrados retornos sobre as alterações no estatuto da AMS, debatidas no GT coordenado pela empresa, a retomada das discussões sobre o teletrabalho, cujo acordo completará dois anos, e o avanço das negociações da PLR. É fundamental e urgente que a Petrobrás apresente um cronograma claro e objetivo para todas essas pautas, evitando que os compromissos firmados na greve de 2025 sejam novamente adiados e acabem sendo empurrados para a próxima campanha reivindicatória.

Na oportunidade, o Sindipetro-LP cobrou novamente a necessidade do desfazimento dos descontos indevidos da greve de 2025 de uma pequena parcela de trabalhadores da P-71. Além disso, relatou que o atual modelo de remuneração do PMB desestimula totalmente sua adesão, uma vez que houve redução dos valores pagos em relação ao que era praticado anteriormente. Sem contar que o atual modelo de pagamento tem potencial para gerar mais passivo trabalhista para a empresa, conforme monitoramento do setor jurídico do Litoral Paulista.

A empresa declarou, na reunião, que implantes e desimplantes não foram e não serão feitos por ondas, mas apenas com base nas regras preestabelecidas que ainda estão em construção, com o objetivo de dar previsibilidade às pessoas e melhorar a gestão da força de trabalho offshore.

PESQUISA VAI MAPEAR INTERESSE DOS PARTICIPANTES DO PP2 NA ADESÃO À CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL DA PETROS

O Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista está realizando uma pesquisa para identificar os participantes do PP2 que exercem atividade especial e avaliar o real interesse da categoria em aderir à Contribuição Especial proposta pela Petros e prevista no Regulamento do Plano. A Contribuição Especial pode ser requerida pelo participante que exerça atividade reconhecida como especial pela Previdência Social e que já contribua para o plano

no limite máximo previsto no regulamento.

O percentual de contribuição é definido pelo próprio participante e pode variar de 1% a 10%. A contribuição é paritária, sendo 50% custeados pela patrocinadora e os outros 50% pelo trabalhador. A pesquisa também busca identificar o interesse dos participantes na possibilidade de recolhimento de contribuições relativas ao serviço passado. Com base nos resultados obtidos, o Sindicato po-

derá atuar junto à patrocinadora para discutir alternativas e avaliar a viabilidade dessa medida, observadas as regras e condições aplicáveis.

A participação de todos é fundamental para que o Sindicato tenha um panorama real da categoria e possa defender os interesses dos trabalhadores de forma mais efetiva. Quanto maior o número de respostas, mais consistentes serão os dados para subsidiar discussões

com a patrocinadora e avaliar possíveis encaminhamentos relacionados à Contribuição Especial e ao recolhimento de contribuições sobre o serviço passado. Participe da pesquisa e contribua com esse levantamento.

RESPONDA A PESQUISA! Aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

